

Trajetórias de professoras de educação física: da invisibilidade histórica ao protagonismo na década de 1930

Trajectories of physical education teachers: from historical invisibility to their central role in the 1930s

Marcela Bruschi é doutora em Educação Física pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e pós-doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Contato: mbruschi.cefd@gmail.com

Resumo:

Este estudo investiga a participação de professoras e seus envolvimento em um projeto de escolarização da Educação Física nos anos de 1930. O interesse centra-se nas primeiras professoras formadas na Escola de Educação Física do Espírito Santo (EEFES), criada em 1931, e os lugares profissionais ocupados por elas nos anos que se sucederam. Usa os conceitos da História Cultural para perceber os protagonismos das professoras e opera com o paradigma indiciário na análise das fontes. Opera com os arquivos da EEFES e com a imprensa periódica. Ao trazer as mulheres para a centralidade, elas são retiradas de um lugar de anonimato mantido pela tradição historiográfica da área Educação Física para que apresentem suas trajetórias e contribuições.

Palavras-chave: Educação Física. História das mulheres. Protagonismo.

Abstract:

This study investigates the participation and involvement of female teachers in a Physical Education schooling project in the 1930s. It focuses on the first graduated female teachers at the Espírito Santo School of Physical Education (EEFES), founded in 1931, and the professional positions they have



occupied in the years that followed. This study uses the concepts of Cultural History to understand the central role of the teachers and operates with the evidentiary paradigm for sources appreciation. It references are EEFEs archives and the periodical press. By bringing women to the center of the debate, women are moved from a place of anonymity in Physical Education historical registers, to be properly represented for their contributions and trajectories.

Keywords: Physical Education. History of women. Protagonism.

1. Introdução

Na História da Educação Física, muito já se produziu sobre as trajetórias e ações de homens que contribuíram para o desenvolvimento desse campo de conhecimento no Brasil, mas pouco direcionamento foi dado às mulheres, normalmente reservadas ao âmbito do privado e do familiar. Este texto tem como finalidade retirá-las das margens em que, por muito tempo, permaneceram na historiografia da área, dar visibilidade aos seus protagonismos, reconhecimento aos seus saberes produzidos e trajetórias singulares para a construção desse campo pedagógico que se constituía no início do século XX.¹

No campo da educação, as mulheres obtiveram alcances consideráveis no século XX, acessando a escola e as instituições de ensino superior. Ainda assim, persistem as desigualdades de gênero. Hayashi *et al.* (2007) observa, por exemplo, menor participação de mulheres docentes nas ciências exatas e naturais e maior dificuldade em assumir postos de liderança, como diretoras e/ou reitoras. Na Educação Física brasileira, se retomarmos a sua historiografia, dificilmente encontraremos nomes de mulheres, reservando-se a esse campo nomes de homens, políticos, intelectuais, médicos e militares.

Discutir a inclusão da mulher no processo educacional é, então, remontar a uma história que silencia a sua participação na vida pública, muito em razão de uma visão positivista de história². Nessa perspectiva, a mulher pouco aparece atuando nos espaços públicos, pois, segundo Scott (1992), há um entendimento de que elas não teriam participado dos grandes acontecimentos políticos e sociais, devido à opressão de gênero em uma sociedade patriarcal.

1 A pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob o Processo de nº 2022/00116-8.

2 A historiografia positivista nasceu no século XIX e instituiu um modelo específico de fazer História. Suas análises são quantitativas, obedecem à linearidade cronológica dos acontecimentos, enfatizam feitos políticos e econômicos, exaltam grandes nomes e utilizam documentos oficiais, acrescentando verdade aos fatos (BURKE, 1992).



Apoiamo-nos na perspectiva da História Cultural que deu origem a um movimento de combate a uma história narrativa, do acontecimento e dos grandes nomes, passando a observar a história como problema, enfocando a vida cotidiana e de todas as atividades humanas (BLOCH, 2001). Isso posto, foi possível evidenciar a atuação de vários grupos sociais que, anteriormente, não eram considerados interessantes para a história, dentre eles, o das mulheres.

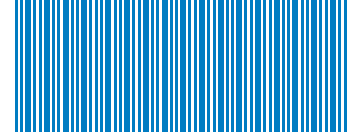
Assim, diante da ausência de uma história de mulheres na Educação Física, tomamos como objetivo analisar a participação de professoras de Educação Física capixabas e seu envolvimento em um projeto de escolarização da Educação Física nos anos de 1930. Nosso interesse centra-se nas primeiras professoras formadas na EEFES no decorrer da década de 1930 e nos lugares profissionais ocupados por elas nos anos que se sucederam. Ao trazer as mulheres para a centralidade, retiramo-las de um lugar de anonimato mantido pela tradição historiográfica para apresentar suas trajetórias e contribuições para a área.

A importância que podemos atribuir às professoras capixabas para o desenvolvimento da Educação Física enquanto campo pedagógico e profissional é respaldada pelos documentos que utilizamos na pesquisa e que nos permitem localizar registros de suas atividades profissionais, suas ações, posições e interesses. Ao interrogarmos as fontes, reconstruímos a história e evidenciamos sua participação.

As fontes consultadas referem-se aos documentos históricos da EEFES, criada em 1931 e considerada a primeira escola de formação de professores do estado, mas também a primeira em âmbito civil do país³. O seu acervo nos permite perceber a formação das mulheres enquanto professoras especializadas em Educação Física e evidencia pistas sobre suas trajetórias profissionais e os ambientes em que circularam.

Outras fontes também foram consultadas. Elas se referem à imprensa periódica. Três categorias de imprensa foram mobilizadas: a imprensa de variedades, que divulgava sobre diversos temas, como política, economia, vida social e cultural, e, portanto, matérias sobre Educação Física; a imprensa educacional; e a imprensa especializada em Educação Física, cujas primeiras publicações datam do ano de 1932. A imprensa é compreendida como uma força ativa na história, uma vez que ela ajuda a dar forma aos eventos que registra (DARTON, 1996), constituindo-

3 Os documentos da EEFES encontram-se sob a guarda do Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba (<https://cemefec.org/>).



se como um espaço para legitimar determinado conhecimento e formar opiniões.

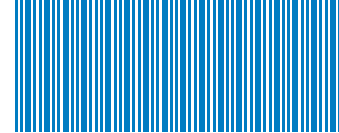
Para realizar as análises, o conceito de cultura é mobilizado, uma vez que nos interessa captar o cotidiano e os vários indivíduos que o compõem. Apoiamo-nos na ideia de Davis (1997) para não realizar uma análise em torno das professoras de Educação Física como vítimas passivas de uma sociedade dominada por valores masculinos, uma vez que também evidenciaremos discursos que buscaram objetivá-las e determinar ambientes e afazeres considerados mais apropriados a elas. Nossa intenção, antes, é perceber como, em diferentes lugares e momentos, as pessoas dão sentido ao seu mundo, se movimentam e transitam diante das situações que as cercam.

Para auxiliar na compreensão das trajetórias profissionais das professoras de Educação Física, sustentamo-nos nas ponderações de Chartier (1991, p. 14), ao afirmar que é necessário desviar “[...] a atenção das hierarquias para as relações, das posições para as representações [...]”. Essa forma de analisar o mundo não considera que os indivíduos que compõem dada realidade social se encontrem passivos. Eles traduzem suas posições e interesses objetivamente confrontados, revelados como *lutas de representações*, “[...] pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, sua concepção de mundo social, seus valores e seu domínio” (CHARTIER, 1991, p. 15). O social é então visto como um depósito de relações sociais, reconhecendo práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação, o que permite ao consumidor – neste caso, as professoras, que são cercadas por uma série de discursos que pretendem moldá-las – “[...] a reapropriação, o desvio, a desconfiança, ou a resistência” (CHARTIER, 1991, p. 59).

Ao compreendermos a representação alcançada pelas professoras envolvidas em um projeto de escolarização da Educação Física, é necessário que observemos as *microdiferenças* (CERTEAU, 1994)⁴ em um espaço em que tantos outros veem obediência e uniformização. Com suas formas de agir, essas mulheres assumiram lugares diferentes daqueles perspectivados para elas pelos diferentes discursos masculinos próprios daquele tempo.

As pistas deixadas nas fontes possibilitam a reconstrução do passado histórico. Para isso, Ginzburg (1999) sugere a necessidade de se estabelecer uma crítica documental, pois assim é possível

4 Para o autor, somos atravessados por experiências que nos constituem, mostrando uma realidade composta por indivíduos plurais, que possuem formas diferentes de pensar, de se manifestar e de agir com o cotidiano.



fazer falarem os testemunhos, sem eles terem pretendido dizer. Logo, compreendemos a realidade de um determinado período por meio de indícios, fazendo com que observemos as ações de todos os envolvidos no processo histórico, apresentando como as professoras encontraram modos de agir em meio a um universo de possibilidades limitadas. O foco, portanto, não será sobre uma história da educação feminina, mas de sua participação na vida pública enquanto professoras e autoras.

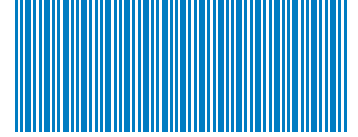
2. Novas projeções profissionais, velhos discursos

Na década de 1920, aumentou-se a discussão sobre a necessidade de se criarem escolas para a formação de profissionais capacitados ao ensino da Educação Física. Algumas iniciativas realizadas de forma particular marcaram esse contexto. Cursos de curta duração foram ofertados pela Associação Cristã de Moços no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, em São Paulo (LINHALES, 2009) e em Minas Gerais (SILVA, 2017). No Rio Grande do Sul, esse movimento também aconteceu, no entanto, sob a vertente da ginástica sueca (LYRA; MAZO, 2010). Em 1929, o Exército Brasileiro criou o Centro Militar de Educação Física (CMEF) e passou a ofertar formação profissional a militares, mas também abrangeu parcela de professores civis, diplomando profissionais sob a vertente do Método Francês⁵.

A realização de cursos isolados não supria, porém, a demanda crescente de professores para o ensino da Educação Física em todo o território brasileiro. O seu ensino adquiria centralidade na dinâmica educacional, principalmente após as diretivas inscritas nas leis que tornavam a disciplina obrigatória dentre os saberes escolares, como a Reforma Francisco Campos, em 1931, a Constituição Federal, em 1937, e a Reforma Capanema, em 1942. Outra dificuldade a ser resolvida era a uniformidade da prática, uma vez que os cursos isolados ofertados até a década de 1920 se moldavam a partir de diferentes métodos ginásticos em circulação no país, produzindo diversas representações da Educação Física que estiveram em disputa.

A partir da década de 1930, escolas de Educação Física civis começaram a ser criadas em alguns estados brasileiros. Elas têm se tornado objeto de estudos de pesquisadores, interessados em compreender sua criação, as organizações, as práticas pedagógicas e os sujeitos envolvidos nessas primeiras iniciativas em ofertar

⁵ Os métodos ginásticos surgiram no século XIX, inaugurando novas formas de educar o corpo em um período específico de uma Europa que vivia profundas transformações. No movimento em prol dos exercícios físicos, diversos métodos foram sistematizados a partir dos sujeitos que estiveram envolvidos em sua criação. Esses métodos viajaram para o Brasil, foram apropriados e circularam em diversos ambientes educacionais, produzindo representações sobre a Educação Física (SOARES; MORENO, 2015).



uma formação mais regularizada e centralizada pelo Estado. A primeira dessas escolas foi criada no ano de 1931 no Espírito Santo, sucedida pelo Pará, em 1933; Minas Gerais, em 1933; São Paulo em 1934; Santa Catarina, em 1938; Piauí, em 1939; Paraná, em 1939; Rio de Janeiro, em 1939; Pernambuco, em 1940; e Rio Grande do Sul, em 1940. A abertura das instituições foi favorecida por uma política federal mais centralizadora exercida nos anos de 1930, que, ao mesmo tempo, instituiu, como modelo mais apropriado ao ensino da Educação Física brasileira, o Método Francês, ao menos no âmbito legal.

A criação da EEFES tem sido estudada por Silva (1996), Bruschi (2015) e Bruschi *et al.* (2017). Com o intuito de organizar as ações na EEFES e exercer o ofício da docência, foram enviados ao Espírito Santo os tenentes Carlos Marciano de Medeiros, que também exerceu a função de diretor; Horácio Cândido Gonçalves, vice-diretor; e Heitor Rossi Bêlache – todos diplomados pelo CMEF. Igualmente com patente militar, contribuiu na organização do curso o capitão Arthur Meireles⁶, que tinha formação em Medicina; os professores Moacyr Ubirajara e Mario Bossois Ribeiro⁷, ambos médicos, também tiveram sua parcela de contribuição nesse processo.

A partir do trabalho de Bruschi (2015), identificamos a massiva presença de mulheres matriculando-se na instituição, buscando uma especialização em sua carreira profissional. Era requisito obrigatório que os alunos que ingressassem no curso já possuíssem formação de normalista, o que lhes conferia uma prática pedagógica como docente. O curso enfatizaria o aperfeiçoamento dos conhecimentos da Educação Física⁸. Tendo em vista a feminização do magistério no início do século XX (NOGUEIRA; SCHELBAUER, 2007), a presença de mulheres torna-se marcante na instituição se comparada à matrícula masculina. Durante a primeira década de funcionamento da EEFES, um total de 129 professoras foram diplomadas, em comparação com um total de 33 professores.

Uma nova possibilidade de atuação se abria às mulheres capixabas. Entretanto, sua inserção em um contexto de participação na vida pública que surgia não se deu sem resistência. Discursos buscavam determinar seus espaços e atuações. Pautado em um fundamento positivista e patriarcal dos argumentos, considerava-se a mulher a parte moral da sociedade, a base da família, que por sua vez era a pedra fundamental da Nação (HAHNER, 1981). O ofício do magistério no início do século XX era

⁶ Exerceu, no ano de 1930, o cargo de inspetor médico escolar no Espírito Santo.

⁷ Exerceu o cargo de chefe do Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária Escolar no Espírito Santo, na década de 1930.

⁸ Na primeira década de existência da EEFES, a duração de um ano letivo girava em torno de seis meses, em média.



entendido como extensão daquilo que era considerado como ocupação das mulheres: o lar, a casa, a educação das crianças.

Essa representação da mulher ia ao encontro de discursos proferidos em torno da Educação Física entre os quais elas precisaram transitar, e, até mesmo, reforçá-los. A Educação Física do início do século XX produziu alocações que distinguiam saberes e finalidades aplicados aos homens e às mulheres. Compreendia-se que a mulher tinha uma missão social reforçada desde a infância: gerar filhos saudáveis e se tornarem mães, pois era assim que contribuiriam para o progresso da nação. Ao homem eram reservados o trabalho e a vida pública.

Para isso, o Método Francês de Educação Física⁹, modelo adotado pela EEFES, prescrevia recomendações quanto aos exercícios físicos indicados à mulher. Até os 7 anos de idade, as orientações e práticas permaneciam as mesmas entre os sexos. Após esse período, “[...] certas funções particulares às moças, impedem de aplicar-lhes os mesmos exercícios que os rapazes” (Estado-Maior do Exército, 1934, p. 16), referindo-se à maternidade.

As próprias professoras em formação na instituição reforçavam tais argumentos. A escrita de trabalhos finais dos alunos concluintes, apresentados ao corpo docente da EEFES, era requisito obrigatório para a conclusão do curso de Educação Física durante a década de 1930. Foram encontrados 129 trabalhos, categorizados em 14 eixos temáticos (BRUSCHI, 2015). Dentre os temas mais discutidos, destaca-se, em segundo lugar, a importância da Educação Física para a mulher, com um total de 16 trabalhos¹⁰, todos escritos por mulheres.

Em suas escritas, os exercícios físicos deveriam se adequar à especificidade biológica da mulher para que pudesse atingir as características destinadas ao seu gênero, isto é, a beleza e a saúde corporal para ser feminina e maternal. Os exercícios direcionados às mulheres previam que,

[...] devido a certas funções que lhe são próprias, não se deve dar a prática de exercícios que requeiram grande despesa de força. Para o organismo feminino devem ser escolhidos, com muita prudência e dosados com o máximo cuidado, os exercícios que lhe são destinados (MIRANDA, 1934, p. 20).

9 A sistematização do Método Francês produziu um manual intitulado *Règlement Général d'Éducation Physique*, traduzido no Brasil sob o nome de *Regulamento Geral de Educação Física*.

10 Outros temas discutidos foram, em ordem decrescente: Progresso; Infância; Saúde; Ginástica; História da Educação Física; Métodos Ginásticos; Esporte; Jogos; Formação docente; Atletismo; Fisiologia e Biometria.

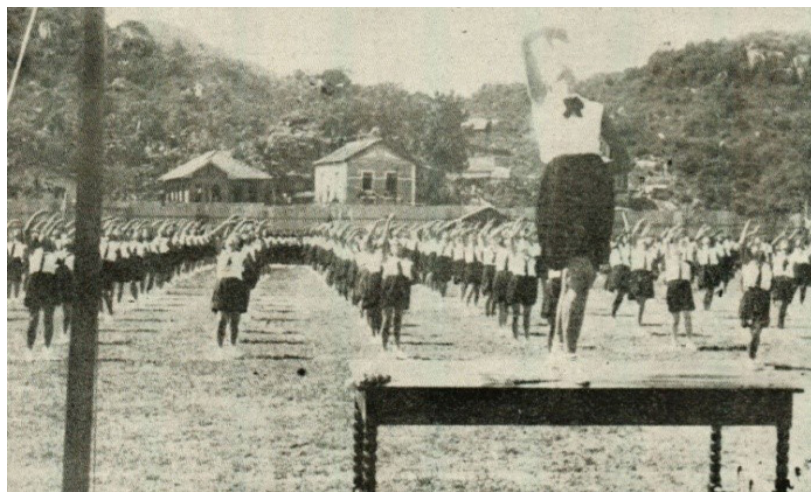


Havia grande preocupação no planejamento dos exercícios físicos, pois se entendia que o programa de atividades precisava se adequar às características físicas e emocionais das mulheres. Eram abolidos quaisquer exercícios de força, pois “[...] a mulher não foi constituída para lutar e sim para procriar” (CREMA, 1933, p. 2). Os exercícios mais indicados seriam aqueles que “[...] contribuam para o desenvolvimento normal da bacia. Devem ser abolidos todos os exercícios que sejam acompanhados de choques, quedas, pancadas, golpes, etc.” (CREMA, 1933, p. 2). Era preciso desconsiderar os exercícios que se acreditava pudessem masculinizar as mulheres. Nem todos os desportos – coletivos ou individuais – eram recomendados, mas aqueles que se julgava que poderiam ajudar no desenvolvimento da região pélvica:

[...] a marcha, a esgrima, ótima para desenvolver os músculos da bacia, deve ser praticada com as duas mãos. O tênis é excelente, principalmente, quando do mesmo modo que a esgrima, isto é, com as duas mãos. O remo aconselhado para passeio, porém, em barcos leves. O golfe; o basketball, aceitável com o menor tempo de duração (MIRANDA, 1934, p. 7).

Dentre as práticas mais aconselháveis para a formação da mulher, prevaleciam a ginástica rítmica e as danças, tidas como práticas pouco prejudiciais ao desenvolvimento biológico, além de tornarem a mulher “[...] mais atraente, mais harmoniosa e mais grácil em seus movimentos” (CARDOSO, 1934, p. 11), como é possível visualizar na Figura 1, que nos mostra um grupo de professoras em formação realizando uma aula de ginástica na EEFES.

Figura 1 – Aula de ginástica para mulheres na EEFES



Fonte: Revista de Educação Física (1933).



O uso de artifícios de beleza, como espartilhos, roupas pesadas e saltos, passou a ser questionado. A Educação Física era considerada o único meio para que a mulher alcançasse a sua verdadeira beleza:

A mulher deve manter sempre a sua soberania; mas isso não será com rebiques, com sépia e postiços, senão pela educação física, que lhe dará relevo ao busto, aprumo a cabeça e ao esqueleto, suavidade a todas as formas, contorno aos membros, airocidade aos movimentos, frescura á epiderme, róseas as faces, carmim aos lábios, brilho ao olhar e leveza ao espírito (SERRANO, 1932, p. 6).

Nos discursos sobre as mulheres nas décadas de 1930 no Espírito Santo, elas eram representadas pela ideia do maternal, da fragilidade e da feminilidade. Por essa razão, as práticas aconselháveis exaltavam os comportamentos e os papéis sociais considerados típicos e naturais. Em um contexto em que se visava a modernização econômica, social e cultural, tanto em nível regional quanto nacional, a atenção, finalmente, voltou-se à mulher. A falta de exercícios físicos e o confinamento no lar passaram a ser vistos como extremamente prejudiciais. Pretendeu-se formar mulheres modernas, responsáveis e capazes de enfrentar os desafios que a nova sociedade, cada vez mais urbanizada, industrializada e moderna, impunha. Apesar disso, os discursos direcionados a elas continuavam a moldá-las, na medida em que suas “conquistas” deveriam estar ajustadas aos seus deveres (GOELLNER, 2003).

Para Bourdieu (2002), os discursos que pretendem justificar o papel social da mulher se embasam nas teorias biológicas para justificar os lugares ditos naturais e as habilidades específicas para as mulheres. Para o autor, a compreensão das diferenças sociais é justificada na construção do mundo social e das relações mantidas:

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao *próprio corpo*, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (BOURDIEU, 2002, pp. 14-15).

Os dispositivos em forma de discursos revelam determinado pensamento dominante que era ensinado e transmitido na EEFES.



No entanto, esse pensamento orientado pelos homens em relação às mulheres – cuja identidade era refreada pela supremacia masculina –, em alguns aspectos, não era tão forte assim. No exercício dos espaços públicos, elas foram muito mais atuantes do que era perspectivado nos trabalhos de conclusão de curso – afinal, esse era o saber dominante e, nesse espaço, as mulheres demonstraram, ao menos em suas escritas, o que era esperado delas.

Seria errôneo pensar que nem todas as mulheres estiveram sujeitas a cumprir o seu papel social? As *lutas de representações* presentes no cotidiano fazem com que direcionemos nosso olhar não apenas para os discursos veiculados e as normas estabelecidas, mas também para a observação dos modos de analisar a construção de uma realidade que extrapola os domínios impostos e possui vários tipos de *saber-fazer*, os quais mostram como uma sociedade não é constituída de passividade.

3. Das margens ao centro da produção de sentidos

Os discursos que circulavam na EEFES buscavam moldar as mulheres a um padrão de comportamento almejado, projetando produzir em seus consumidores uma ideia de passividade. Entretanto, compreendemos que as professoras também são “produtoras”, capazes de, em muitos casos, recusar os dispositivos de normatização e reinterpretá-los. Nas próprias fontes em que as alocações se encontravam, um olhar mais minucioso e atento aos indícios nos permite observar que as professoras não aderiram totalmente ao que era projetado para elas. Assim, redirecionamos “[...] não pelos produtos culturais oferecidos no mercado dos bens, mas pelas operações dos seus usuários; é mister ocupar-se com as ‘maneiras diferentes de marcar socialmente o desvio operado num dado por uma prática’” (CERTEAU, 1994, p. 13).

Quando relacionamos os enunciados produzidos com as práticas cotidianas dessas professoras, identificamos que elas caminharam entre esses espaços determinados, tornaram-se professoras especializadas e fizeram circular sua contribuição para a área na imprensa periódica. Após sua formação na EEFES, as professoras eram alocadas para escolas primárias da capital Vitória, em grupos escolares e em escolas normais. Outras eram direcionadas para escolas do interior, em localidades que tinham maior demanda por profissionais em função do pequeno acesso à educação nessas



regiões. Apesar de a atuação dessas mulheres como professoras de Educação Física já se caracterizar como uma enorme contribuição para a área, pois elas se tornavam as responsáveis pelo processo de escolarização da Educação Física, instituindo-a entre os saberes escolares, seu envolvimento não se encerrou neste âmbito da educação.

A partir de 1933, algumas professoras passaram a assumir cargos como docentes na EEFES. A professora Ormy Saleto, por exemplo, foi designada como auxiliar no ensino prático da seção feminina no período letivo que se iniciou em novembro de 1933. Devido a um possível afastamento da professora Ormy Saleto das atividades do curso, foi designada como substituta a professora Mathilde Crema. Foram manifestos elogios aos trabalhos exercidos pelas professoras, como o direcionado à Ormy Saleto por ocasião do seu afastamento:

Á professora Ormy Saleto agradeça-se o completo e eficiente desenvolvimento que deu ao programa do ensino prático da seção feminina durante o tempo em que exerceu as funções de auxiliar daquele ensino, demonstrando mais uma vez as suas acentuadas qualidades de espírito culto, inteligente e educado (Espírito Santo, 1932–1934, p. 231).

Normalmente a participação dessas mulheres na EEFES era acompanhada da supervisão de um professor regente, mas isso não era necessariamente uma regra. No ano de 1934, Luzia Paoliello tornou-se instrutora da seção feminina do curso. Mathilde Crema, Isaltina Paoliello e novamente Ormy Saleto, que retomara as atividades, participaram da Comissão de Exames Finais, aplicando atividades avaliativas nas disciplinas de *Urgência*, *Composição de Lição* e *Prova de Direção*, sob a orientação do professor regente (Espírito Santo, 1932–1934). Já na Comissão de Exame Antropométrico, as professoras Mathilde Crema, Maria Orlandina Bomfim e Julieta Greppe assumiram as responsabilidades sem a figura de um professor regente (Espírito Santo, 1932–1934). No ano letivo seguinte, novamente as professoras compuseram as comissões de exames.

Outras professoras se somaram às atividades realizadas na instituição. Maria Aparecida Nogueira compôs a comissão formada para avaliar a disciplina *Noções de Psicologia, Pedagogia e Metodologia da Educação Física, Cinesiologia, Prova de Execução* da seção feminina; na disciplina *Composição de Lição*, assumiu a função de presidente da Comissão. Juntamente com Maria Orlandina Bomfim, Alice Greppe integrou a comissão de



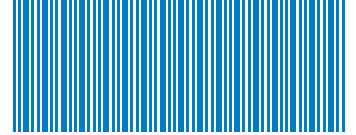
professores do *Exame Antropométrico* da seção feminina; e, no *Exame Prático*, Celina Cardoso esteve como auxiliar da comissão da disciplina (Espírito Santo, 1934–1935).

Em alguns casos, observamos que as professoras ingressavam no corpo docente do curso como auxiliares, mas, aos poucos, eram autorizadas a assumirem a docência como regentes, substituindo as funções dos professores que haviam participado das atividades iniciais da EEFES e que então retornavam às suas atividades anteriores. Provavelmente, ao trabalharem como auxiliares nas disciplinas ao lado dos professores regentes, recebiam preparo para, posteriormente, assumirem o cargo como titulares.

Assim, já em 1935, percebemos que às professoras foi dada uma maior autonomia. Elas passaram a assumir as Comissões de Exames sem a presença de um professor regente, como na disciplina *Execução de Lição*, em que colaboraram as professoras Felisbina Pinheiros de Moraes, Isaltina Paoliello e Celina Cardoso (Espírito Santo, 1935). Maria Aparecida Nogueira assumiu a direção das disciplinas *Massagem, Socorros de Urgência e Ginástica Ortopédica e Composição de Lição*, tendo como auxiliar, na Comissão de Exames, Maria Orlandina Bomfim. Da mesma forma, Julieta Greppe tornou-se professora regente da disciplina *Direção de Lição*; e Luzia Paoliello, juntamente com Carly Lomba, Felisbina Pinheiros de Moraes e Celina Cardosa, assumiram a disciplina de *Ginástica Rítmica*. Em 1936, Maria Orlandina Bomfim integrou a comissão, convidada a participar do 2º Congresso Eucarístico Nacional em Belo Horizonte, sob o cargo de auxiliar técnica da Inspeção de Educação Física. Em 1937, foi designada membro da Junta Executiva Regional de Estatística, passando a exercer cargo fora da área em que havia se formado (Espírito Santo, 1931–1961).

Na abertura do ano letivo de 1939¹¹, a professora Isaltina Paoliello foi designada para ministrar aulas na cadeira de *Noções de Psicologia, Pedagogia e Metodologia da Educação Física*, e Felisbina Pinheiros de Moraes ficou encarregada de exercer a função de instrutora do curso. Nas Comissões Examinadoras, a professora Isaltina Paoliello, além de compor a comissão da própria disciplina que ministrava, participou da comissão da disciplina *Ensino Prático e Psicologia, Pedagogia e Metodologia da Educação Física* – ambas as comissões foram exercidas em conjunto com a professora Felisbina Pinheiro de Moraes, que também colaborou com a comissão da disciplina *Higiene, Socorros de Urgência e Ginástica Médica, Ginástica Rítmica, Esportes Terrestres e Coletivos, Biometria, Biotipologia e Estatística* (Espírito Santo,

¹¹ Entre os anos de 1936 e 1938 não ocorreram atividades na EE-FES.



1939). Julieta Greppe afastou-se das atividades docentes para assumir a secretaria da EEFES, onde permaneceu até 1940, quando foi substituída por Maria Orlandina Bomfim, que ali se manteve até 1943 (Espírito Santo, 1931–1961).

Mais uma vez, destacamos elogios que eram recorrentemente dispensados às professoras, reconhecendo-se o excelente trabalho exercido por elas em prol da EEFES:

[Isaltina Paoliello] Desligada de professora do Curso de Professores de Educação Física de 1939 e louvada pelo Diretor da Escola Superior de Educação Física [...], pela competência e pelo cunho inteligente por que regeu a disciplina a seu cargo, pela assiduidade e pontualidade em todos os seus deveres, pelo entusiasmo e gosto com que se dedicou ao ensino e, finalmente, pelo devotamento com que se empenhou para o completo êxito da causa que se defende, a ponto de desistir das suas gratificações de novembro e dezembro, quando a situação financeira do Estado teve embarcações, para que os trabalhos do Curso não sofressem solução de continuidade (Espírito Santo, 1931–1961, p. 122).

De acordo com a citação anterior, as professoras, ao término do ano letivo, eram dispensadas das atividades que exerciam na instituição. Normalmente, elas eram remanejadas para escolas primárias, grupos escolares e escolas normais, e aguardavam a formação de uma nova turma e o reinício das atividades na EEFES, quando eram novamente convocadas.

Em fins da década de 1930, algumas professoras passaram a incorporar novo sobrenome, o que indica que possivelmente se casaram e se tornaram mães, conforme pedidos de licença-maternidade, como consta no livro de registro dos funcionários da instituição (Espírito Santo, 1931–1961). Contudo, isso não as impediu de continuarem com o exercício de suas atividades públicas. Sylvia Rocha Prado, no ano de 1942, foi designada como auxiliar técnica da Diretoria de Educação Física, substituindo, no mesmo ano, a professora Maria Orlandina Bomfim Dessaune no cargo de secretária da escola. Esta última, no ano de 1943, foi exonerada, pois, de acordo com as fontes, teria aceitado um cargo público federal (Espírito Santo, 1931–1961).

No ano de 1943, Maria Orlandina Bomfim Dessaune manteve suas atividades na escola como auxiliar técnica e secretária do Serviço de Educação Física, tendo reassumido, em 1945, o cargo de secretária. A professora Isaltina Paoliello, no ano de 1943, manteve suas atividades na Escola como auxiliar da Seção Técnica (Espírito Santo, 1931–1961).



No ano de 1943, Adelaide Raiser exerceu a função de auxiliar técnica do Serviço de Educação Física e, de 1945 a 1946, foi admitida como professora na cadeira *Organização e História da Educação Física*. No mês de agosto de 1946, Adelaide Raiser tornou-se secretária do Serviço de Educação Física e permaneceu até o mês de novembro de 1946, quando Maria Orlandina Bomfim Dessaune reassumiu essa secretaria, após a licença de noventa dias (Espírito Santo, 1946–1947). No mesmo ano, Adelaide Raiser tornou-se secretária do Conselho Desportivo Escolar, órgão instituído com o objetivo de organizar as competições escolares, permanecendo no cargo até o ano de 1956 (Espírito Santo, 1957–1964).

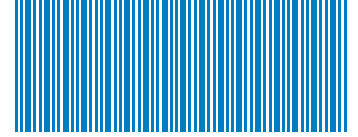
Algumas professoras, como Maria Orlandina Bomfim, Mathilde Crema, Carly Lomba e Luzia Paoliello, também foram apoiadoras do programa Proteção e Assistência à Criança e se reuniam com outros interessados para discutir e apresentar iniciativas de cuidados com a infância capixaba.

Entre as professoras especializadas, notamos que duas delas continuaram a exercer funções na instituição até a década de 1960. No ano de 1957, localizamos registros segundo os quais a professora Mercês Garcia Vieira assumira a cadeira de *Psicologia Aplicada*, mantendo-se até o ano de 1972, encarregando-se também do *Curso de Técnica Desportiva* e do *Curso de Educação Física Infantil*, mantidos pela instituição. Tornou-se também chefe do Departamento de Pedagogia, mesmo após a federalização da EEFES, quando se integrou à Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) em 1961 (Espírito Santo, 1964–1965; Espírito Santo, 1972–1973)¹².

A professora Alice Greppe de Mello, no ano de 1956, tornou-se secretária e, no ano seguinte, assumiu o cargo de instrutora na Organização Docente Administrativa, além de ministrar a disciplina *Psicologia Aplicada* do Curso Infantil (Espírito Santo, 1966). No ano de 1969, também passou a compor o quadro de docentes, vinculado ao Departamento de Pedagogia. No ano de 1972, assumiu a disciplina *Estrutura e Funcionamento de 1º e 2º Graus* nas matérias pedagógicas do curso. Em 1973, foi transferida para outro Centro da Ufes, mas se manteve vinculada ao Curso de Licenciatura da Educação Física, assumindo, com Léo de Souza Ribeiro¹³, o Departamento de Educação do curso, na coordenação de Assuntos Didáticos (Espírito Santo, 1972–1973). No ano de 1976, assumiu a Coordenação do Colegiado e das Atividades Desportivas Universitárias. Ainda localizamos a professora, no ano de 1980,

12 Com a criação da Ufes, a EEFES integrou-se ao sistema universitário em 1954. Em 1968, o curso foi transferido para o *campus* da Ufes, onde ganhou um espaço próprio, transformando-se no Centro de Educação Física e Desportos (Silva, 1996).

13 Formado pela EEFES em 1933.



atuando na cadeira de *Voleibol* do Centro de Educação Física e Desportos (Espírito Santo, 1976; Espírito Santo, 1980).

Luzia Paoliello, além de exercer atividades na EEFES, se tornou diretora de Esporte no Clube de Regatas Saldanha da Gama, em 1935. Em 1939, viajou para o Rio de Janeiro e passou a integrar o corpo docente da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, criada em 1939, primeira instituição de formação de professores de Educação Física que nasceu integrada a uma universidade, a Universidade do Brasil. A instituição foi criada para ser uma referência em nível nacional e centro irradiador de pesquisas e de experiências de ensino da Educação Física (MELO, 1996). Nessa instituição, Luiza Paoliello integrou a corpo docente de catedráticos desde o início das atividades, assumindo a disciplina *Educação Física Geral*.

A contribuição dada pelas professoras ao desenvolvimento da Educação Física não se restringiu ao exercício de suas docências. Publicações de suas autorias discutindo diversos assuntos relacionados à área, como Educação Física direcionada à infância, à mulher, esportes, jogos, saúde, higiene, fisiologia, métodos ginásticos etc., foram veiculadas em impressos de variedades, educacionais e científicos. As professoras Isaltina Paoliello, Helena Serrano, Analia Paoliello, Elcia Aquino, Clarice Lima, Julieta Greppe, Ormy Saleto, Anita Crema, Mercês Garcia, Maria Orlandina Bomfim, Adelaide Raiser, Alva Piovesan, Sylvia Rocha e Mathilde Crema tiveram suas escritas publicadas no *Diário da Manhã* (1908–1937) no decorrer do ano de 1933, periódico que se caracterizava como impresso de variedades do Estado do Espírito Santo.

Nos anos de 1934, 1935 e 1936, Felisbina Pinheiros de Moraes, Celina Cardoso, Maria Aparecida Nogueira, Sylvia Carlos Loureiro, Adyr Miranda, Orlandina Ribeiro, Dalila Neves, Alice Greppe e Jovita Nogueira publicizaram matérias na *Revista de Educação* (1934–1937), impresso também de caráter regional, porém de cunho educacional.

Inferimos que as professoras ganharam evidência durante suas formações acadêmicas, apropriando-se de modo significativo das discussões veiculadas. Além disso, consideramos que suas escritas foram construídas carregadas de estratégias. Encontramos inúmeros elogios direcionados por elas aos seus professores, ao curso e ao Método Francês adotado, indicando que essas mulheres não fizeram isso sem intencionalidades:



Agora ao apresentar aos meus presados professores, respeitosa as minhas despedidas, devo confessar-lhes que suas sabias palavras ainda ressoam em meu ouvido, que guardo, ainda quentes de carinho e de entusiasmo, vossos conselhos e ensinamentos (SERRANO, 1932, p. 1).

E', portanto, o método mais perfeito, razão por que é adoptado no exército brasileiro, nas nossas escolas, e o mais ensinado nos cursos de educação physica espalhados por todo o Brasil. Aqui, nas nossas escolas, já foi introduzido, sendo ministrado por competentes professores diplomados pelo Curso de Educação Physica do Estado, obtendo os nossos colegas muitos proveitos (BOMFIM, 1933, p. 5).

A (re)produção dos discursos e, por vezes, os elogios presentes em suas escritas se tornaram uma tática utilizada pelas professoras, que objetivavam, com isso, alcançar maior reconhecimento, o que foi conquistado quando tiveram seus trabalhos publicados. A partir do momento que alcançaram esses objetivos, foram capacitadas, pelas pessoas que detinham autoridade, a também terem essa autoridade, e fizeram isso com segurança, já que sua participação não cessou com as publicações. Da mesma forma, congratulações eram direcionadas às professoras, tendo em vista o reconhecimento do valor científico de suas escritas:

[...] o professorado foi elevado em seu nível cultural e técnico, ilustrou o espírito com uma nova soma de conhecimentos científicos e meditando, produziu algo de valor afirmado nos trabalhos de que o Diário da Manhã nos dá notícia, nessa patriótica campanha de colaboração, na difusão da educação física nacional (ESPÍRITO SANTO, 1933, p. 36).

O reconhecimento profissional atribuído a algumas professoras fez com que também fossem convidadas a colaborar com produções científicas a serem divulgadas em âmbito nacional. A partir de 1932, iniciaram-se no Brasil as publicações de periódicos científicos da Educação Física, que se constituíram como um meio de produção e legitimação de um conhecimento que buscava implementar e consolidar a Educação Física no país. Eram privilegiadas as orientações didáticas para a realização de aulas, objetivos, metodologias, detalhamentos técnicos, conteúdos de ensino e avaliação (FERREIRA NETO, 2005).

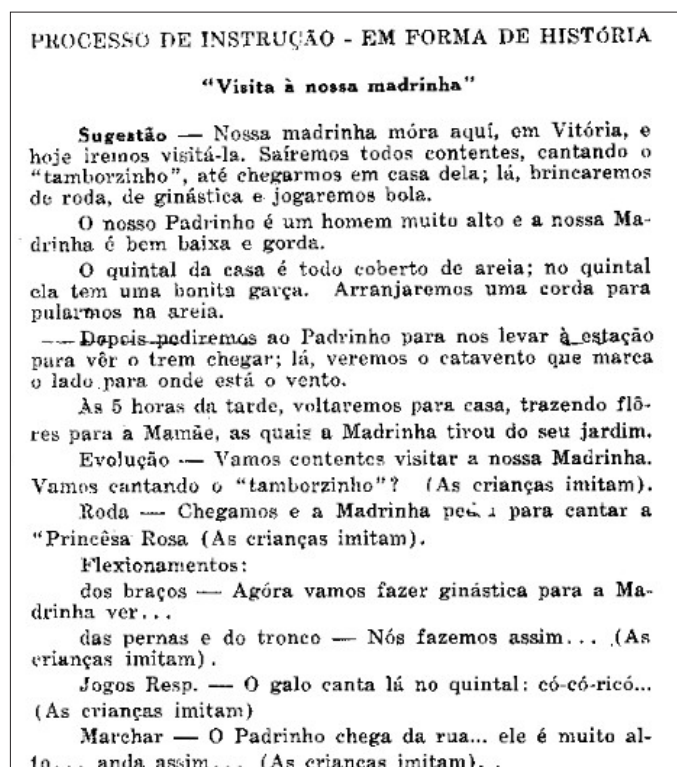
Felisbina Pinheiros de Moraes publicou três artigos na *Revista de Educação Física*, criada em 1932¹⁴, distribuídos nos anos de 1938 a 1939. Sob o título *Educação Física infantil: método prático para a realização das lições de educação física*, a professora apresentou

14 De tutela da Escola de Educação Física do Exército, antigo CMEF, mantém sua publicação até os dias atuais.



nesse trabalho as possibilidades pedagógicas e práticas de ensino da Educação Física para a infância, a exemplo do trecho de uma atividade historiada, conforme a Figura 2. Os trabalhos de Felisbina aproximavam-se da perspectiva pretendida pela revista, uma vez que se apresentavam como um receituário no qual, segundo Ferreira Neto (2005), os docentes encontrariam prescrições de atividades a serem realizadas na condução de uma aula.

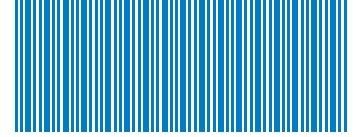
Figura 2 – Trecho de uma atividade historiada escrita por Felisbina Pinheiros de Morais



Fonte: Revista de Educação Física (1938).

Localizamos ainda, em 1947, um artigo de autoria de Luzia Paoliello na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944–1952), intitulado *A acrobacia como atividade educacional*. Escrito em coautoria com Maria Jacy Nogueira Vaz, o artigo problematiza a ginástica acrobática, considerando-a como conteúdo de ensino da Educação Física.

Chamam a atenção a visibilidade e a atuação dadas a essas professoras em um período em que elas ainda eram vistas fora da vida pública. Essas mulheres transitaram e se moveram diante de uma narrativa social que dizia que a sua função era a procriação e o cuidado dos filhos. E assim até o fizeram, mas foram para outros espaços – o do reconhecimento social, da atuação pública,



da produção de conhecimento – e se tornaram independentes. Tornaram-se autoras não só de textos, mas também de suas próprias histórias, e contribuíram para a construção de um novo cenário educacional, que tem a Educação Física como um novo saber escolar.

4. Considerações finais

Ao nos apropriarmos das ponderações de Bloch (2001), não nos prendemos somente aos discursos veiculados pelos documentos. Se assim o fizéssemos, produziríamos uma narrativa de submissão das mulheres a espaços e afazeres considerados mais próprios a elas. Elas até chegaram a reforçar o discurso dominante, inclusive se casaram e se tornaram mães. Entretanto, quando nos atentamos aos vestígios presentes nos próprios documentos, fomos capazes de identificar as trajetórias acadêmicas e profissionais dessas professoras, colocando-as em posições de protagonismo, e assim o fizeram sem oferecer resistência, mas jogando e se articulando com o discurso oficial.

Para que pudéssemos evidenciar seus protagonismos, mantivemos a distinção entre os textos e as práticas sociais, pois, conforme Chartier (1991), a construção dos discursos é determinada por aqueles que têm o poder de classificar e nomear; é também conformada por recursos desiguais que buscam regular as condutas e ações dos indivíduos na realidade. O que nos propusemos foi produzir uma história dos atores sociais ausentes da historiografia, neste caso, de mulheres ausentes da História da Educação Física, observando como elas se manifestaram e deram sentido às suas práticas e aos discursos em suas realidades cotidianas como mulheres e professoras. Suas trajetórias apresentadas reforçam que as práticas sociais não podem ser reduzidas a representações.

Após sua formação na EEFES, muitas professoras foram chamadas a colaborar com as atividades realizadas na própria instituição, ocupando cargos de professoras e de secretárias, substituindo as funções exercidas por homens que retornaram aos seus estados ou às suas atividades anteriores. Essas mulheres ganharam evidência no Espírito Santo, mas também em outros estados, transmitindo saberes como professoras e como autoras de conhecimentos da Educação Física.



Ao trabalharmos escrutinando as camadas dos documentos, lidando com as pistas e estabelecendo relação entre elas e o contexto histórico dos acontecimentos, percebemos como a escolarização da Educação Física no Espírito Santo impactou a vida de mulheres e o que elas fizeram com o que estudaram durante suas trajetórias como professoras. Ao analisarem esse consumo, tomaram decisões e chegaram a lugares que não se esperava que alcançassem, subvertendo as expectativas sociais de gênero. Consideramos que essas mulheres trabalharam de forma astuta, mesmo que nem toda essa astúcia tenha sido propositadamente direcionada pela consciência, mas pela urgência. Possivelmente as carreiras tenham sofrido o impacto das consequências em virtude das demandas sociais do período, mas o fato é que esse fenômeno aconteceu. Diante dos acontecimentos, tomaram decisões e se projetaram como professoras e autoras que tinham autoridade e visibilidade, capacitadas para discutir a temática da Educação Física em âmbito regional e nacional.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRUSCHI, M. *As mulheres na escolarização da educação física do Espírito Santo: professoras e autoras (1931–1936)*. 2015. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- BRUSCHI, M. *et al.* A formação docente na Escola de Educação Física do Espírito Santo: circulação de saberes e práticas na década de 1930. *Journal of Physical Education*, v. 28, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jpe/a/GTqtyqRXwN9HnkqyKzmsCJL/?lang=pt#>. Acesso em: 05 de set. 2023.
- BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In: BURKE, P. A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 7-37.



CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1991.

DARNTON, R. Introdução. In: DARNTON, R.; ROCHE, D. (Orgs.). *Revolução impressa: a imprensa na França, 1775–1800*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 15–20.

DAVIS, N. Z. *Nas margens: três mulheres do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Regulamento geral de educação física*. Rio de Janeiro: Biblioteca “A Defesa Nacional”, 1934.

FERREIRA NETO, A. Publicações periódicas de ensino, de técnicas e de magazines em educação física e esporte. In: DACOSTA, L.P. (Org.). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 776–777.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. pp. 143–179.

GOELLNER, S.V. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na revista Educação Physica*. Ijuí: Unijuí, 2003.

HAHNER, J.E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850–1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HAYASHI, M.C.P.I. *et al.* Indicadores da participação feminina em ciência e tecnologia. *TransInformação*, Campinas, v. 19, n. 2, pp. 169–187, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/Ls7NZzhhV6fh3ksyP4LfsBQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 de set. 2023.

LINHALES, M. A. *A escola e o esporte: uma história de práticas culturais*. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

LYRA, V.B.; MAZO, J.Z. A Escola Superior de Educação Física e o campo da formação de professores do Estado Sul-Rio-Grandense: as origens da formação especializada (1869–1929). *Movimento*, v. 16, n. 5, pp. 37–60, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/18216>. Acesso em: 28 de ago. 2023.



MELO, V.A. *Escola Nacional de Educação Física e Desportos: uma possível história*. 1996. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

NOGUEIRA, J.K.; SCHELBAUER, A.R. Feminização do magistério no Brasil: o que relatam os pareceres do primeiro congresso da instrução do Rio de Janeiro. *Revista HISTEDBR*, n. 27, pp. 78-94, set. 2007. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5003/art07_27.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2023.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. pp. 63-95.

SILVA, D.M.C. da. *A Escola de Educação Física do Espírito Santo: suas histórias, seus caminhos (1931-1961)*. 1996. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1996.

SILVA, G.C. *A Associação Cristã de Moços e experiências de escolarização da Educação Física no Brasil: sujeitos, ideias e práticas acemistas em circulação*. 2017. 236 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2017.

SOARES, C.L.; MORENO, A. Apresentação dossiê – Práticas e prescrições sobre o corpo: a dimensão educativa dos métodos ginásticos europeus. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, v. 37, n. 2, pp. 108-110, abr./jun. 2015.

Fontes

BOMFIM, M.O. A educação física e os seus métodos. *Diário da Manhã*, ano XXVI, n. 3267, p. 5-5, jul. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=572748&pagfis=38974>. Acesso em: 05 de out. 2023.

CARDOSO, C.A. *dança e a ginástica rítmica na educação física feminina*. Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba, Vitória, 1934.



CREMA, A. Educação Física da Mulher. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1933.

ESPÍRITO SANTO. Relatório do corpo docente. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1957–1964.

ESPÍRITO SANTO. Relatório das atividades. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1933.

ESPÍRITO SANTO. Boletim Diário. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1946–1947.

ESPÍRITO SANTO. Corpo docente. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1972–1973.

ESPÍRITO SANTO. Relatório das atividades. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1980.

ESPÍRITO SANTO. Dossiês de alunos. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1932–1934.

ESPÍRITO SANTO. Escola de Educação Física. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1966.

ESPÍRITO SANTO. Folha de exercício do pessoal docente e administrativo. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1931–1961.

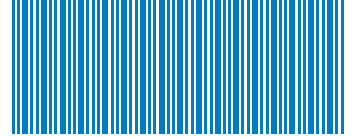
ESPÍRITO SANTO. Relatório do período letivo. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1964–1965.

ESPÍRITO SANTO. Boletim Diário. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1935.

ESPÍRITO SANTO. Boletim Diário. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1939.

ESPÍRITO SANTO. Comissão de exame. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1934–1935.

ESPÍRITO SANTO. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação Física e Desportos. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1976.



MIRANDA, A. Ligeiras apreciações sobre a educação física da mulher. *Centro de Memória da Educação Física e do Esporte Capixaba*, Vitória, 1934.

SERRANO, H. A necessidade da educação física feminina. *Diário da Manhã*, ano XXVI, n. 3.119, p. 1-1, jan. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=572748&pagfis=38328>. Acesso em: 10 de out. 2023.

Recebido em:

Aprovado em:

